



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 304, DE 2009

#### (Complementar)

Estabelece que os emissores de cartão de crédito deverão oferecer informações mais detalhadas sobre os custos e uso do cartão de crédito, não poderão alterar taxas e outras condições do contrato com menos de quarenta e cinco dias de antecedência e não poderão cobrar multas do titular do cartão por exceder o limite de crédito concedido.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O emissor ou a empresa responsável pela emissão de cartões de crédito deverá informar, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias, quaisquer alterações na taxa de juros, na comissão de permanência, nas tarifas, nas taxas ou nas multas.

§ 1º A informação a que se refere o *caput* deverá constar, necessariamente, na fatura mensal, sem prejuízo de outras formas de comunicação.

§ 2º Alterações realizadas em desacordo com o *caput* serão consideradas nulas de pleno direito e sujeitará o emissor do cartão de crédito, ou a empresa

responsável pela emissão do cartão de crédito, às multas e outras penalidades previstas nos arts. 6º e 7º.

**Art. 2º** A fatura do cartão de crédito deverá conter as seguintes informações:

I – a taxa de juros decorrente do pagamento não integral da fatura;

II – se houver captação junto a mutuante, a taxa de juros de captação;

III – taxa de juros de comissão de permanência;

IV – todas as tarifas, taxas, multas e demais encargos contratuais, inclusive os de natureza moratória.

V – o valor, expresso em reais ou na moeda corrente vigente, referente às despesas com juros e com todas as demais taxas e tarifas eventualmente incidentes sobre o não pagamento integral da fatura, que o titular do cartão incorrerá caso efetue somente o pagamento mínimo exigido;

VI – o valor, expresso em reais ou na moeda corrente vigente, referente às despesas com comissão de permanência, juros de mora e com todas as demais taxas e tarifas eventualmente incidentes sobre o não pagamento da fatura, que o titular do cartão incorrerá caso não efetue nenhum pagamento na data de vencimento da fatura.

§ 1º A informação a que se refere o *caput* deverá constar, necessariamente, na fatura mensal, sem prejuízo de outras formas de comunicação.

§ 2º Qualquer cobrança de taxas, tarifas e multas que não tenham sido informadas na fatura, nos termos do *caput*, serão consideradas nulas de pleno direito e sujeitará o emissor do cartão de crédito, ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito, às multas e outras penalidades previstas nos arts. 6º e 7º.

**Art. 3º** O emissor ou a empresa responsável pela emissão de cartões de crédito ficam obrigados a incluir, em seus sítios na Rede Mundial de Computadores:

I – o contrato de adesão e suas alterações;

II – informações sobre todas as obrigações do titular do cartão, bem como todas as taxas, encargos e custos decorrentes do não pagamento integral da fatura.

*Parágrafo único* O acesso para as informações previstas nos incisos I e II deverá ser claro, estar em posição de destaque e necessariamente constar nos sítios que descrevem características e vantagens do cartão de crédito oferecido.

**Art. 4º** O emissor ou a empresa responsável pela emissão de cartões de crédito ficam proibidos de autorizar transações que excedam o limite de crédito autorizado, exceto com autorização expressa do titular, e de cobrar multas, tarifas ou quaisquer outros encargos decorrentes de o titular realizar operações que ultrapassem esse limite.

§ 1º A autorização prevista no *caput* poderá ser obtida por telefone, desde que fique gravada e armazenada por um período mínimo de noventa dias.

§ 2º Os gastos com cartão que tenham extrapolado o limite de crédito autorizado sem a autorização expressa do titular prevista no *caput*, serão consideradas nulas de pleno direito e sujeitará o emissor do cartão de crédito, ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito, às multas e outras penalidades previstas nos arts. 6º e 7º.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica caso as transações ultrapassem o limite de crédito em menos de dez por cento.

§ 4º O valor do limite de crédito autorizado deve constar na fatura.

**Art. 5º** O emissor do cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito deverão informar o titular do cartão, por correio eletrônico ou por outra forma de comunicação, toda vez que o valor acumulado do saldo devedor ultrapassar cinquenta por cento do limite de crédito.

§ 1º O emissor do cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito, em caso de desobediência ao disposto no *caput*, ficam sujeitos ao pagamento de uma multa equivalente a vinte por cento do valor que excedeu os cinquenta por cento do limite de crédito autorizado.

§ 2º A multa a que se refere o § 1º deverá ser paga ao titular do cartão, na forma de desconto do valor da fatura, no mês subsequente à ocorrência da infração.

§ 3º Caso o titular do cartão não forneça endereço eletrônico, o emissor do cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito poderão cobrar do titular, com sua expressa autorização, uma tarifa equivalente ao custo incorrido pela empresa com o meio de comunicação utilizado para cumprir a determinação do *caput*.

§ 4º Caso o titular do cartão não autorize a cobrança da tarifa prevista no § 3º, o emissor do cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão do cartão de crédito ficam desobrigadas de cumprir o disposto no *caput*.

**Art. 6º** Em caso de desobediência ao disposto nos arts. 1º a 5º, aplicam-se ao emissor ou à empresa responsável pela emissão de cartões de crédito as seguintes penalidades:

I – multa;

II – suspensão temporária da atividade de emissão de cartões de crédito;

III – suspensão definitiva do direito de exercer a atividade de emissão de cartões de crédito;

IV – imposição de contrapropaganda.

*Parágrafo único* As sanções previstas serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

**Art. 7º** A multa a que se referem os arts. 1º, 2º e 4º será paga ao titular do cartão, não sendo inferior a cem vezes e não superior a duzentas vezes o valor cobrado em desobediência ao disposto nesses artigos.

**Art. 8º** Em caso de desobediência ao disposto no art. 3º, o emissor de cartão de crédito ou a empresa responsável pela emissão de cartão de crédito ficam sujeitos à multa, a ser paga à autoridade administrativa.

*Parágrafo único* A multa a que se refere o *caput* corresponderá a um valor entre um por cento e dois por cento da arrecadação anual do emissor ou da empresa responsável pela emissão de cartões de crédito decorrente de anualidades, tarifas, taxas, encargos, custos e multas associadas à atividade de cartões de crédito.

**Art. 9º** O valor das multas previstas nos arts. 1º, 2º, 4º e 8º, respeitados os intervalos definidos nos arts. 7º e 8º deverá aumentar:

- a) quando houver reincidência na prática da infração;
- b) quanto maior for o benefício potencialmente ou efetivamente auferido pelo emissor em decorrência de infringir a Lei.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este Projeto de Lei do Senado (PLS) tem por objetivo assegurar aos consumidores uma maior proteção nas relações com a indústria de cartões de crédito. Em maio último, o Senado norte-americano aprovou uma série de medidas neste sentido, que defendemos também sejam implantadas aqui, desde que adaptadas à nossa realidade.

A indústria de cartões de crédito apresenta diversas peculiaridades. Estudos anteriormente realizados nesta Casa, bem como relatório recentemente divulgado elaborado pelo Banco Central, em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico e com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), mostram que essa indústria é muito concentrada, o que aumenta a possibilidade de os emissores – segmento da indústria de cartões que interage com os consumidores finais, emitindo os cartões, estabelecendo limites de crédito, prazos de pagamento, taxas de juros, valor da anuidade e outras taxas – utilizarem o poder de mercado a seu favor, abusando de seu poder econômico. O PLS proposto torna-se ainda mais relevante quando lembramos que a indústria de cartões já é parte integrante da vida cotidiana de parcela significativa da população brasileira: o número de cartões de crédito emitidos já supera 120 milhões – o que implica mais de um cartão para cada dois brasileiros –; com esses cartões foram realizadas mais de dois bilhões de transações em 2008, que totalizaram valor superior a R\$ 215 bilhões.

As modificações propostas neste PLS têm por objetivo obrigar os emissores a prestarem informações mais precisas e limitar seu poder de alterar as condições do contrato.

Sobre as informações requeridas, estamos propondo que a fatura passe a conter, obrigatoriamente, todos os custos em que o titular incorrerá caso deixe de pagar parte do valor total da fatura no vencimento. Esses custos deverão vir expressos em porcentagem, quando couber, e em reais. Os emissores também serão obrigados a tornar facilmente acessíveis, em suas páginas na Internet, os contratos de adesão e as obrigações do titular.

Os emissores também deverão informar aos titulares toda vez que os gastos acumulados no ciclo da fatura excederem 50% do limite de crédito. Busca-se, com isso, aumentar o grau de conscientização dos gastos por parte dos emissores, tornando o crédito mais responsável. Tivemos o cuidado, contudo, de impedir que essa norma levasse a aumento de custos, que acabariam por prejudicar os consumidores. Para tanto, estabelecemos que os avisos serão feitos por correio eletrônico. Caso o titular não disponha de endereço eletrônico, ou ele ressarce o emissor pelos custos da comunicação (provavelmente, telefone ou carta), ou desobriga o emissor de informá-lo quando houver ultrapassado o equivalente a 50% do limite.

Sobre as limitações do poder dos emissores de cobrar multas, tarifas ou de alterar as condições do contrato, propusemos duas alterações em relação à situação atual. Em primeiro lugar, mudanças na taxa de juros ou em outras condições no contrato deverão ser comunicadas com, no mínimo, 45 dias de antecedência. Como se sabe, o ciclo da fatura se encerra cerca de dez dias antes do vencimento. Dessa forma, ao receber a fatura, o titular do cartão já está efetuando as compras cujo saldo será pago na fatura do mês seguinte. É justo, portanto, que, ao efetuar essas compras, o titular tenha em mente quais os custos incorrerá caso decida não quitar integralmente a fatura na data do vencimento. Adicionalmente, é necessário dar um prazo suficientemente longo para que, diante de novas taxas de juros, o titular possa, se achar conveniente, encontrar outras modalidades de financiamento ou transferir sua fatura para outro emissor.

Também estamos proibindo a cobrança de multas ou de qualquer tarifa decorrente de o titular ultrapassar o limite de crédito pré-estabelecido. O objetivo de uma multa é desestimular alguém a tomar atitudes consideradas inadequadas. De fato, ao estabelecer limites de crédito, o emissor está garantindo o crédito até aquele limite para todos os seus clientes. Se um número razoável deles ultrapassar o limite, a política de crédito da empresa pode ficar comprometida. Ocorre que basta o emissor não autorizar a transação para que o limite de crédito não seja ultrapassado. Dessa forma, não há porque cobrar multas do titular do cartão. Além disso, com o objetivo de estimular o crédito responsável, para autorizar transações acima do limite de crédito, o emissor deverá obter permissão expressa do titular do cartão.

Por fim, é inócuo estabelecer obrigações se não forem previstas sanções para quem desobedecê-las. Por isso, previmos a incidência de multas, a serem pagas.

Essas multas deverão ser pagas ao titular do cartão, quando houver tentativa de cobrança em desacordo com a Lei, ou ao órgão regulador, quando o emissor deixar de obedecer às normas relativas à divulgação na Internet.

Conto assim, com o apoio de meus nobres pares para a aprovação desta matéria, que julgo tão importante para proteger os consumidores de eventuais abusos cometidos pela indústria de cartões de crédito.

Sala das Sessões,

Senador RAIMUNDO COLOMBO

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos.)*

Publicado no **DSF**, em 03/07/2009.